

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO SIMPLES: um estudo de caso sobre a nova Matriz Curricular da Fundação Roberto Marinho

Amanda Rodrigues ¹
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa ²

RESUMO

A nova Base Nacional Comum Curricular estabelece-se no ano de 2017 como a diretriz mais geral para a estruturação dos currículos da educação básica de todas as redes de ensino público e privado no país. A versão promulgada de forma célere e com pouco debate na sociedade atendeu aos interesses específicos de uma burguesia (organizada pela Frente Todos Pela Educação) ciosa pela produção de currículos escolares alinhados às diretrizes do Capital para a formação escolar da classe trabalhadora como uma das respostas para o agravamento da crise iniciada em 2008 e que abalara o último governo Dilma Roussef. Assim, novas exigências de formação para o trabalho simples são colocadas, com destaque à pedagogia das competências, considerada a espinha dorsal da nova Base. Nesse sentido, esse trabalho pretende identificar e compreender, a partir da reformulação da matriz curricular da Fundação Roberto Marinho, os interesses mais imediatos na formação do trabalhador, agora necessitando ser readequado a um mundo do trabalho cada vez menos regulamentado (vide as contrarreformas trabalhista e Lei das Terceirizações) e que tenderá a aprofundar os níveis de exploração. Situamos a promulgação da BNCC ao contexto do golpe institucional em 2016 e como a educação tem sido um campo de disputas também no aspecto curricular. Pudemos, ainda que de maneira sumária, fundamentar a rede de interesses em que operam agentes da classe dominante e que os apresentam envoltas por ideologias como a do empreendedorismo e da autorrealização de si, a fim de se tornarem hegemônicas e obterem a adesão espontânea da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Telessala, trabalho simples, pedagogia das competências, competências socioemocionais

INTRODUÇÃO

A Conferência Educação Para Todos que aconteceu na cidade de Jontiem em 1990 representa um marco na referência de educação escolar para a grande burguesia em escala internacional, pois com a queda do bloco soviético, o capitalismo se legitimou como o modo de produção hegemônico, se desdobrando em um sistema sociometabólico³ que passaria a fazer parte de todos os campos da existência humana. A Globalização, ou melhor dizendo, o livre trânsito de capital e de mercadorias, passaria a determinar as regras das relações gerais entre as

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, amanda.rodriigues@gmail.com

² Orientador: Professor-Doutor, Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro - UF, orientador@email.com.

³ A partir de István Meszáros, entendemos que o sistema capitalista de produção é o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina suas funções vitais ao capital (2011).

nações, terreno esse que já vinha sendo semeado no centro do capitalismo há alguns anos a fim de assentar a nova fase de valorização do capital: o neoliberalismo.

Na referida Conferência, foram estabelecidos parâmetros para a construção de agendas locais que afinassem a educação escolar com as novas necessidades dessa etapa da acumulação capitalista, tendo em conta que já tomava forma um ataque massivo aos direitos sociais adquiridos historicamente e um enfrentamento ao componente variável das forças produtivas, a saber, os salários. Nesse sentido, o sistema educacional deveria incorporar novos princípios e referenciais de organização escolar, tomando como base ideológica a radicalização do ideário liberal pincelada com o conjunto de concepções de uma nova esquerda não marxista, fundada na negação da centralidade capital-trabalho na dinâmica social e que pretendeu ser a nova portavoz da superação da Modernidade (movimento que ficou conhecido como pós-modernidade).

No Brasil, a agenda neoliberal chegou em um contexto histórico em que as lutas travadas em torno da garantia da educação escolar como um direito universal facilitou, em grande medida, a aceitação (um tanto acrítica) das medidas tiradas ainda em Jontiem e se traduziu no Plano Decenal de Educação em 1993. Tal documento balizou legislações posteriores, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, cujo coração foi a adequação do sistema escolar brasileiro à formação dos trabalhadores sob novas demandas colocadas pelo mundo do trabalho. Tratou-se, portanto, de fornecer as bases, não apenas para a qualificação profissional, mas, sobretudo, para a conformação de um novo corpo social cujos sujeitos dele componentes deveriam ser absolutamente dispostos em ser força de trabalho dócil em um mundo cada vez mais hostil ao trabalhador.

Apesar das vicissitudes pelas quais a política brasileira se enveredou nos últimos anos, o projeto de educação da grande burguesia no Brasil, representado em grande medida pelo Todos pela Educação, permanece intocado. Nem mesmo um golpe institucional o modificou; ao contrário, forneceu as condições políticas para que houvesse um ajuste cada vez mais afinado entre as políticas públicas para a educação e as demandas do mundo do trabalho.

Testemunham a favor dessa hipótese a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (REM). Verdadeira espinha dorsal do sistema educacional brasileiro, a versão atual da BNCC expressa os interesses mais imediatos dos agentes privados organizados no Movimento Pela Base e prescindiu de todo debate anterior realizado pelas mais diversas entidades ligadas à educação no Brasil. Além disso, a centralidade na difusão do ensino por competências ratifica que o que o documento preconiza é a formação de um dado tipo de trabalhador, apto ao trabalho simples e que necessitará de uma escola (e de

professores) coadunados com o projeto educacional da burguesia nessa nova etapa de acumulação.

O consenso sobre trabalhadores da educação e seus educandos acerca de o projeto da burguesia ser o projeto a ser construído e defendido pelo conjunto dos subalternos, têm bases ideológicas fortes. São anos e anos massacrados por uma retórica pautada na autorrealização profissional, individualidade radicalizada e senso de participação política circunscrita aos escrutínios bianuais. Em um mundo cada vez mais dinamizado e interconectado, seriam as competências e habilidades as características mais fundamentais de inserção desse profissional no mercado, pois forneceriam o instrumental moldável a cada situação específica, principalmente quando o trabalhador semi-desalentado se der conta de que a sua única possibilidade de realização profissional está na autoexploração pela via do empreendedorismo.

Partindo dessa ótica, podemos estabelecer que o que entendemos como *burguesia* está para além dessa massa aparentemente gelatinosa de homens e mulheres que detém o controle dos meios de produção e a capacidade de dominação. A burguesia está longe de ser uma classe coesa e tem suas mais diversas frações em franca disputa pela direção de sua classe, além de disputar a consciência dos subalternos e estabelecer a hegemonia fundada em interesses de grupos. Assim, não nos caberá nenhum tipo de mapeamento de frações burguesas e suas disputas por projetos educacionais, mas sim jogar luz sobre a fração que, até o momento, dirige o movimento na pauta educacional e tentar desvelar o caráter ideológico das apropriações que fazem dos mais diversos pensamentos da esquerda marxista.

A Fundação Roberto Marinho (FRM) tem sido um dos principais braços da formulação de princípios e métodos educacionais no Brasil. Fundada em 1977, acumula uma série de iniciativas no campo da educação, esporte e cultura voltadas à conformação social dos trabalhadores jovens e adultos dirigidos ao trabalho simples. Portanto, a análise dos fundamentos educativos da FRM a partir da sua nova Matriz Curricular nos permite compreender como essa importante fração da grande burguesia no Brasil se constrói para a acomodação de um certo tipo de formação para o trabalho.

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS COMO A ESPINHA DORSAL DA NOVA BNCC

A organização de currículos escolares a partir do eixo de competências não é exatamente uma novidade trazida pela Base Comum Curricular aprovada em 2017. A noção de competências é fruto da incorporação da lógica privatista nas escolas enquanto tradução das necessidades dos agentes privados de acomodar a força de trabalho tanto formal quanto

informal. Sabemos bem que a recomposição burguesa sob moldes neoliberais se fundou no ataque direto aos direitos sociais e trabalhistas que resultou na necessidade de readequar os trabalhadores ao mundo da produção flexível e no contexto mais contemporâneo, ao mundo do trabalho uberizado (ANTUNES, 2018).

A educação tem sido um campo em permanente disputa, aguçada em grande medida pelo agravamento das mais diversas crises do capitalismo que lança a conta pela queda exponencial das taxas de lucros sobre os trabalhadores, travando uma verdadeira caçada contra o componente variável das forças produtivas – o salário – e o desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados. A reconfiguração do mundo produtivo promoveu um ajuste fino entre demanda e produção, incorporando como jamais antes na história, a tecnologia às fábricas; incorporação essa que se espalhou para todos os campos da vida em sociedade, exigindo a adequação de corpos e mentes para essa nova etapa da acumulação capitalista.

Como uma avalanche, o neoliberalismo, versão hegemônica do capitalismo no mundo pós-soviético, tomou de assalto a escola pública brasileira, marcadamente após a Conferência Educação para Todos realizada na Tailândia em 1990. De lá para cá, a burguesia no Brasil passou a dirigir o processo da necessária democratização da escola pública para a formação de um amplo contingente de crianças e jovens capazes de acomodar sobre seus próprios ombros os efeitos colaterais do aprofundamento das medidas de austeridade e desmonte social.

Nessa perspectiva, a escola é entendida como um importante vetor da solução de conflitos resultantes da crescente desigualdade social. O armamento ideológico tem sido girado para a discussão de opressões como um epifenômeno que se expressa na forma como a sociedade (de maneira abstrata) manifesta o racismo, o machismo e a lgbtqifobia como um olhar pouco sensível à diversidade. Os currículos passaram a incorporar a justa pauta dos segmentos oprimidos da sociedade, sem que, contudo, se levasse em consideração as dinâmicas do mundo da produção e a sua relação com a cultura e a ideologia. Dessa maneira, a educação toma uma posição central na dinâmica da dominação, como defende Jacques Delors:

Confrontada com a crise das relações sociais, a educação deve, pois, assumir a difícil tarefa que consiste em fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre indivíduos e grupos humanos. A sua maior ambição passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedades democráticas. (p.51)

Nesse sentido, as práticas pedagógicas, a partir da perspectiva das competências escancaram as expectativas de uma burguesia ávida por seguir sem maiores perturbações sociais

o processo de valorização do capital, além de moldar a formação para esse trabalho de novo tipo, cada vez mais desregulamentado, fragmentado e alienado. Ao trabalhador coube se convencer (e ser convencido) de que a única saída possível nessas condições era a própria realização. Assim, ao *tornar-se competente*, o trabalhador teria possibilidades de encontrar as ferramentas dentro de si que o mobilizariam a buscar as soluções mais adequadas ao seu contexto de vida. Em suma: a pedagogia das competências desresponsabiliza o Estado e a sociedade civil da criação de qualquer alternativa que tenha no seu bojo a seguridade social a partir do trabalho assalariado e com direitos e garantias.

Na medida em que a escola só precisa apresentar conhecimentos que sejam úteis à busca de soluções e alternativas para esse trabalhador à beira do desalento, o currículo escolar é esvaziado a um enxuto currículo mínimo que ao fim e ao cabo acaba por tornar-se o currículo máximo. As sucessivas etapas da crise do capital vêm esgotando as saídas uma após outra a ponto de que, tampouco o conhecimento em função das competências, poderá solucionar a inexorável contradição entre o capital e o trabalho. Mas até que esse momento histórico chegue, a palavra de ordem é: *conhecer na medida exata de ser competente*. Mesmo esse conhecimento “autorizado” tem de ser subsumido à dinâmica da aprendizagem que, esvaziando a formação escolar de sentido, pretende que esse trabalhador faça de si um indivíduo em permanente construção em todo e qualquer espaço onde estiver.

De acordo com Pronko (2019), a redefinição do papel dos grandes intelectuais coletivos da burguesia (Banco Mundial, FMI, OCDE, dentre outros) quanto a passagem do slogan Educação para Todos para a Aprendizagem para Todos não se dá apenas no campo lexical, mas transparece expectativas recalibradas, movidas pela dinâmica da crise estrutural nas suas mais diversas etapas.

[...] O foco nas aprendizagens permitiu uma redefinição do lugar e do escopo dos sistemas educacionais no conjunto das estratégias educacionais nacionais na perspectiva do “desenvolvimento” e do “combate à pobreza”. Essa redefinição promoveu o encurtamento do horizonte educacional, pela sua adequação estreita ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, o “alargamento” da compreensão de educação, não mais na instituição escolar, mas nas (difusas) oportunidades de aprendizagem. (p. 168, 2019)

Assim, os currículos escolares são agora impelidos a incorporar a prática por competências no sentido de moldar comportamentos que conduzam as pessoas a tomarem decisões coerentes com a manutenção do tecido social sob supremacia neoliberal. E se o centro da questão é a formação nos limites das necessidades do trabalho simples e da perpetuação da

sociabilidade burguesa, a competência socioemocional é a habilidade mais importante de todas elas.

Nesse sentido, a educação pelas competências – que se pretende ir para além da escola – e mais especificamente pelas competências socioemocionais traz no seu bojo a adequação no espaço-tempo entre a esfera produtiva e a demanda de formação.

De acordo com Lamosa e Acioly (2021):

O currículo por competências concede o grau de controle e flexibilidade necessários para realizar o fino ajuste na formação do trabalhador, de forma a não conceder mais escolarização do que é demandado em cada momento e em cada contexto socioeconômico. (p. 712)

De acordo com a análise dos dois pesquisadores, as competências atuam como uma espécie de termostato que é capaz de fornecer ao conjunto da classe trabalhadora a justa medida da qualificação profissional, sem que, com isso, instrumentalize-os além do necessário, principalmente naqueles conteúdos que provocam a reflexão e imersão sobre as causas materiais dos fenômenos sociais e econômicos. Dessa forma, as competências viabilizam uma formação flexível tal qual o mundo produtivo se apresenta.

Esses elementos se materializaram na conjuntura mais recente no Brasil a partir de 2016. A recalibragem neoliberal no lado de cá foi construída a partir de um golpe que unificou grande parte das frações da burguesia e da burocracia estatal. Diversas contrarreformas foram implementadas no pós golpe e no que tange à educação, a Base Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio são os dois instrumentos que se complementam e que materializam seu caráter de classe. A construção de uma Base Comum Curricular já estava prevista desde a Constituição de 1988 e vinha sendo construída de forma arrastada até meados dos anos 2010, justamente no momento histórico em que o movimento-partido Todos Pela Educação alcança algum nível de organicidade e influência sobre a sociedade política.

Reanimada pelos maiores intelectuais da burguesia no Brasil, a BNCC na sua versão final é orientada por dez competências gerais. Em relação àqueles que exploram o trabalho, o plano é perfeito: as competências cognitivas e socioemocionais se retroalimentam e resultam nesse tipo de formação que, centrada nos aspectos mais imediatos do fazer, formará empregados dóceis, que trabalham em equipe, que buscam soluções criativas para as encruzilhadas tecnológicas, são flexíveis e resilientes. Em relação àqueles que não conseguirão se incorporar ao mercado de trabalho formal, serão munidos desde a escola de um projeto de vida que terá no

empreendedorismo a saída para qualquer eventual frustração profissional. Cabe ressaltar que empreender nessas condições é contar muitas vezes apenas com a própria capacidade de auto exploração.

Uma vez que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio oferecem as diretrizes institucionais a serem trilhadas pelas novas reformas curriculares nos sistemas público e privado de ensino, seguiremos a discussão analisando a incorporação dos novos componentes curriculares pela Fundação Roberto Marinho que, no ano de 2020, lançou suas novas diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Médio a fim de que essas sirvam como suporte aos mais variados sistemas de ensino, mas também a cada profissional da educação de forma individual.

A PEDAGOGIA POLÍTICA DA FRM EXPRESSA NA SUA NOVA MATRIZ CURRICULAR: ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO E O ENSINO HÍBRIDO

Em seus mais de quarenta anos de existência, a Fundação Roberto Marinho formulou e reformulou suas propostas pedagógicas de forma coerente aos novos requisitos exigidos pelo mundo do trabalho. Desde os primeiros passos do Telecurso 2º Grau, esse ainda mais focado no elemento comercial e de geração de lucro com a venda de materiais que de exercício de hegemonia, foi paulatinamente absorvendo os interesses da grande burguesia sobre a educação das crianças e jovens da classe trabalhadora e se apresentou como um dos intelectuais de vanguarda na formulação de políticas públicas para a correção das distorções idade-série.

As mais diversas vicissitudes pelas quais o Telecurso passou fez nascer na FRM uma preocupação sobre o controle do processo pedagógico, na medida em que entendiam que o professor era um importante intelectual que ainda detinha o controle do processo pedagógico no interior das salas de aula. Assim, já na década de 1990 existiu um reposicionamento da marca que, não apenas viria a se lançar sobre os jovens e adultos, bem como sobre o trabalho docente, tornando o professor cada vez mais um mediador; mediação essa que se faria com os recursos e produtos criados pela própria Fundação.

A política de convênios com prefeituras e governos estaduais foi a principal política de acesso às escolas públicas e seus profissionais. A metodologia (que foi batizada como Metodologia Telessala) reveste a prática crua do Telecurso de uma intencionalidade com viés pedagógico próprio, o que confere certa seriedade à proposta de formação que, cada vez mais,

passará a abandonar as bancas de jornais e sua eventualidade característica para tornar-se política pública de correção de fluxo a ser reconhecida pelo próprio Ministério da Educação. Tal caráter alçou a FRM em outro lugar: se a disputa vinha se dando especialmente no front da captação de recursos para a criação dos episódios de televisão, bem como da aplicação da metodologia nas salas de aula brasileiras, os anos 2000 dinamizaram o *staff* da FRM como importantes intelectuais formuladores de tecnologias educacionais.

Como reflexo do golpe institucional de 2016, importantes legislações com viés de classe que regulamentam a educação no Brasil puderam se estabelecer: é o caso da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio. Tais documentos fornecem o caminho das políticas prioritárias para a formação dos jovens brasileiros, na medida em que promovem a conversão da concepção de *educação para todos* para a de *aprendizagem para todos*. Esse deslocamento, longe de ser menor, recoloca o problema em novos patamares: se hoje é mais importante garantir a aprendizagem e, entendendo que esta pode se dar em qualquer espaço, existe um lógico esvaziamento da educação escolar e, conseqüentemente a negação dos conhecimentos historicamente construídos para a tarefa de humanização do ser humano, tão cara à escola.

A Base estabelece que o processo pedagógico deverá se centrar nas aprendizagens, orientações essas que, conforme já discutido, submete os conhecimentos às competências, sendo esta a finalidade última do próprio processo educativo. De forma a traduzir a BNCC em seus documentos próprios, a FRM cria seus princípios metodológicos fundados na Base e que nortearão toda a pedagogia política do Grupo Globo doravante. Longe de disputar o conteúdo do currículo escolar, as Matrizes da FRM visam agir sobre o fazer pedagógico, enxugando ainda mais os componentes curriculares e jogando luz sobre o desenvolvimento das habilidades práticas mais fundamentais.

A tabela a seguir aponta os princípios metodológicos contidos nas Matrizes Curriculares da FRM e de que forma se alinham às competências gerais da BNCC. Neles, estão traduzidos os entrelaçamentos dos interesses pedagógicos da Fundação e a BNCC, ratificando aquilo que já vinha sendo bem consolidado - o ensino por competências - com o anúncio das boas novas trazidas pelo novo mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação adotadas como soluções educacionais.

Tabela 1. Princípios Metodológicos da nova matriz curricular da FRM

Princípios Metodológicos	Objetivos	Competência da BNCC
<i>Problematização</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Interação com o conhecimento de forma compartilhada com o objetivo de enfrentar novos desafios; • Ensinar a pensar sobre acontecimentos que solicitam respostas para conquistar um repertório de conhecimentos e estratégias • Colocar os estudantes em posição de “esforço produtivo”, ser persistente na resolução de problemas e se desafiar. (p.15) 	Segunda competência geral
<i>Aprendizagem baseada em projetos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta metodológica que começa a ser utilizada após a identificação de um problema pontual; • Têm conexão com o mundo real e foco na realidade do estudante; • Mobilização de diversas áreas do conhecimento para alcançar os objetivos. 	Sexta competência geral
<i>Projeto de vida</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a capacidade de produzir metas e objetivos de vida; • Não está circunscrito apenas uma decisão individual, mas de articulação de conhecimentos; • Ressignificação do próprio contexto de vida e estímulo ao autoconhecimento. • Leva em conta a dimensão pessoal, cidadã e profissional; • Mobiliza as metodologias ativas. 	Sexta competência geral
<i>Multiletramentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Se relaciona com a variedade de convenções de significados nas diferentes áreas da vida; • Também se relaciona à multiplicidade de tecnologias de comunicação e informação; • “Inclui a tecnologia como lugar em que novas práticas sociais, culturais e de linguagem têm espaço de novos gêneros ou usos de ambientes e ferramentas na formação do estudante” (p. 21) 	Quarta competência geral
<i>Cultura digital</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da tecnologia como um dado da realidade contemporânea. • Necessidade de estabelecer uma relação ética com a comunicação digital. • A ser trabalhada de forma transversal por todas as disciplinas. 	Quinta competência geral
<i>Aprendizagem colaborativa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento construído na interação. • Associado ao conhecimento de si e do outro. Ênfase nas competências socioemocionais 	Oitava, nona e décima

		competência geral
<i>Acompanhamento da aprendizagem</i>	<ul style="list-style-type: none"> • O professor-mediador deve garantir que o processo de aprendizagem esteja concluído. • Perspectiva formativa: diagnóstico, análise e intervenção 	_____

Fonte: produzida pela autora a partir do material fornecido pela FRM

As possibilidades de caminhos para a análise do material produzido pela autora vão além das pretensões desse trabalho, na medida em que traz uma riqueza de informações que ensejaria discussões mais complexas. Todavia, destacamos alguns elementos que se enquadram nesses apontamentos breves a que se propõe o ensaio. A partir da proposta de construção dos *mapas de foco*, ferramenta produzida pelo Instituto Reúna em parceria com o Itaú Social, é possível partir das *habilidades focais* (REUNA, 2022) tornar o conteúdo curricular ainda mais enxuto, instrumentalizando-o de maneira radicalizada e colocando-o cada vez mais à serviço das competências, sobretudo as socioemocionais. Tais mapas propõem caminhos absolutamente adaptáveis às mais variadas situações de contingência, mas sempre tendo como horizonte a adaptabilidade, resiliência e a conformação.

Nesse sentido, destacamos dois princípios metodológicos fundamentais que conferem sentido ao incentivo às práticas de inovação da empresa: *cultura digital* e *multiletramento*.

O primeiro princípio concebe as tecnologias de informação e comunicação como dados da realidade, cabendo às propostas pedagógicas concebê-las em sua amplitude. Não nos causa estranhamento que, ao se consolidar o uso aprofundado das TICs em dias de pandemia, uma verdadeira política de concessão de abonos e verbas indenizatórias por prefeituras e governos estaduais tenham convertido a valorização profissional proposta pelo FUNDEB em verba direta para a aquisição de ativos tecnológicos, muitas vezes de última geração, para professores e equipe pedagógica, superando uma das maiores dificuldades da modalidade híbrida no último ano letivo. Munidos do aparato tecnológico adequado, os professores podem consumir todo tipo de “soluções educacionais” vendidas como a nova panaceia da educação brasileira.

Já a inserção do multiletramento na construção dos currículos significa admitir que a linguagem trabalhada pela escola é antiquada e precisa coadunar-se com as novas modalidades da comunicação, principalmente aquela usada pelos jovens. Longe de esgotar tal discussão (aqui pretendemos tão-somente levantar questões importantes), entendemos que incorporar a comunicação em suas mais variadas maneiras de se tornar fenômeno não é um problema em si;

contudo, pontuamos que essa discussão não é nova. Ela reaparece a cada nova ideia/concepção da burguesia sempre apelando ao pensamento freireano, abstraindo de todos os elementos fundantes do seu método.

Por fim, encerramos essa breve discussão sobre a importância da ideologia da inovação propulsionada pela FRM com o mais novo programa lançado: Luz para a Educação (LED). Esse programa, lançado em dezembro de 2021, visa estimular a produção/divulgação de iniciativas de inovação para a educação, oferecendo prêmios em dinheiro, a produção de um festival e a criação de uma plataforma de relacionamento permanente. Segundo José Roberto Marinho, vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Globo:

Para mudar essa realidade [desigualdade no Brasil] temos que usar todos os nossos recursos . Eu tenho visto um movimento positivo para unir todas as fundações que têm algum poder de transformação, todo mundo caminhando junto . [...] Eu tenho muita fé de que a tecnologia usada da forma correta, como meio, pode facilitar. Com a chegada do 5G, vai ser possível conectar as escolas. Nós temos tudo para fazer essa transformação, e aqui tem mais um caminho – o Movimento LED (CANAL FUTURA, 2022)

Fica manifesta a mobilização de todo Grupo Globo em torno do estímulo à inovação. Em todos os campos de atuação desse complexo multimidiático vem acontecendo um reposicionamento da marca de forma a torná-la mais moderna, mais dialógica com os novos tempos. Na educação não será diferente. Longe de nos prestarmos à tentativa de fazer ciência do futuro, todos os indícios que encaminham a Fundação Roberto Marinho a penetrar de maneira muito mais organizada no cotidiano das escolas públicas estão colocados. Cabe a nós realizar a leitura correta desses movimentos e avaliar os riscos que a escola, esvaziada de sua tarefa histórica, vem correndo nessa nova etapa de acumulação capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação estrita para o trabalho é a base da estruturação da escola que a burguesia oferece para os filhos da classe trabalhadora, ainda que seus princípios e fins venham revestidos de um véu ideológico que busca no seio da sociedade de classes legitimar um projeto centrado no trabalho abstrato como um projeto que atenda aos anseios de formação universal. Voltada às classes subalternas, a dualidade escolar que apresenta escolas diferentes para classes diferentes é o cerne superestrutural da divisão do trabalho, na medida em que o capitalismo, no grau de desenvolvimento técnico e tecnológico em que se apresenta, não poderia prescindir da formação escolar como um requisito da formação para o trabalho.

Sendo assim, analisamos a educação escolar brasileira a partir do estudo de caso da Fundação Roberto Marinho e sua apropriação de ideais emancipadoras que apenas envernizam a exploração de classes a partir do trabalho abstrato. Com Gramsci, entendemos que a escola deveria ser aquela instituição que se funda na conexão entre produção e vida a partir do caráter concreto do trabalho, capaz de criar o elo entre a humanização do ser humano e suas práticas sociais. Dessa maneira, o que a nova BNCC vem promovendo é o aprofundamento do caráter alienante do trabalho nessa etapa de acumulação sob bases neoliberais e assim ratificamos essa hipótese com a análise de elementos da nova matriz curricular da Fundação Roberto Marinho, um dos grandes intelectuais da grande burguesia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CANAL FUTURA. **Luz na Educação: projeto para educação é lançado**. Retirado de www.futura.org.br/movimento-led-globo-e-fundacao-roberto-marinho-lancam-projeto-sobre-iniciativas-inovadoras-em-educacao-no-brasil/ Acesso em 29/05/2022.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Matrizes Curriculares do Ensino Médio. Retirado de blob:<https://www.frm.org.br/3822483e-185e-406c-a766-6c6bf5906bf0> Acesso em 29/01/2022.

INSTITUTO REUNA. Mapas de Foco. Retirado de www.institutoreuna.org.br/projeto/mapas-de-foco-bncc Acesso em 29/05/2022.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRONKO, Marcela Alejandra. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. Rev. Trabalho, política e sociedade, Vol. IV, nº06, p. 167-180, Jan.-Jun/2019.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. Brasília: Julho de 2010. Retirado de http://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por Acesso em 29/05/2022.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Retirado de <http://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em 29/05/2022.